



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 20 ANOS

POSITION PAPER, SETEMBRO DE 2018

NÚCLEO ENERGIA

AUTORES:

Jorge Camargo, Conselho Curador

Clarissa Lins, *Senior Fellow*

Guilherme Ferreira, Apoio Técnico

Bruna Mascotte, Apoio Técnico

TEMA

O setor energético em 2022



PENSAR DIALOGAR DISSEMINAR INFLUENCIAR

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é uma instituição sem fins lucrativos, que atua para influenciar positivamente a construção da agenda internacional do país.

Fundado há quase 20 anos por um grupo de empresários, diplomatas e acadêmicos, o CEBRI tem ampla capacidade de articulação, engajando em seu plano de trabalho os setores público e privado, a academia e a sociedade civil. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes e com uma rede de mantenedores, constituída por instituições de múltiplos segmentos.

#2 Think tank do Brasil

#3 Think tank da América Latina

*Think Tanks and Civil Society Program da
Universidade da Pensilvânia*

www.cebri.org

Todos os direitos reservados.

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rua Marquês de São Vicente, 336 - Gávea

Rio de Janeiro / RJ - CEP: 22451-044

Tel + 55 21 2206-4400 - cebri@cebri.org.br - www.cebri.org

NÚCLEO ENERGIA

MEMBRO DO CONSELHO:

Jorge Camargo

Foi presidente do IBP da Statoil Brasil e diretor da Petrobras

SENIOR FELLOW:

Clarissa Lins

Sócia-Fundadora da Catavento Consultoria e Diretora Executiva do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)

Com o objetivo de estimular o debate sobre o setor energético e de Óleo & Gás (O&G) e suas tendências globais, o CEBRI criou este grupo temático.

Seu foco tem sido investigar questões com potencial de alavancar a inserção da indústria brasileira em cadeias globais e influenciar a formulação de políticas públicas na criação de um ambiente de investimento competitivo e atraente, como as inovações tecnológicas e seus impactos sobre a competitividade do setor; os impactos geopolíticos da crescente relevância de fontes renováveis na matriz energética global; a identificação de setores âncora para a demanda por fontes fósseis no longo prazo; as mudanças em aspectos regulatórios do setor, etc.

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) foi criado há exatos vinte anos com o objetivo de fomentar a reflexão sobre as relações internacionais do País.

A fim de aprofundar e expandir essa reflexão, foram instituídos em 2017 núcleos temáticos voltados para o debate de questões estratégicas, sendo sugeridas diretrizes para os formuladores de políticas públicas e formadores de opinião. Trata-se, sobretudo, de contribuir para a construção de uma agenda internacional propositiva para o Brasil.

Tais núcleos temáticos concentraram seu trabalho em setores considerados como de maior potencial para alavancar o desenvolvimento nacional, foco de uma política de governo que coordene as diversas dimensões das ações governamentais, no plano internacional e doméstico, em linha com os objetivos permanentes dos Estados modernos, a saber, crescimento com justiça social e melhor distribuição da renda.

Infraestrutura, energia e agronegócio foram objeto de um olhar interdisciplinar que contempla o impacto resultante das mudanças do clima e do meio ambiente, e do uso da terra. São setores que passaram a ocupar no nosso tempo posição de destaque na agenda internacional e que requerem especial atenção da diplomacia brasileira nas esferas multilateral, regional e bilateral.

As discussões realizadas no âmbito dos núcleos temáticos resultaram em documentos com recomendações concretas e apontamentos para o enfrentamento de desafios de ordem interna, levando em conta as transformações por que passa o mundo às vésperas da terceira década do nosso século. Apesar da variedade e alcance das sugestões dos núcleos temáticos, a política externa representa fator unificador de suas propostas, na medida em que o tema da inserção internacional do Brasil é decisivo para todos os núcleos.

Assim, quatro diretrizes inspiraram as proposições apresentadas, todas destinadas a proporcionar uma inserção internacional do País à economia global a partir da construção de um planejamento de longo prazo.

A primeira diretriz deriva da necessidade de uma nova rodada de liberalização comercial, de crucial importância para o crescimento da produtividade do trabalho, da redução do custo Brasil e do aumento das taxas de investimento. Como legado do período de substituição de importações, a imposição de tarifas altas e o recurso a incentivos fiscais seletivos responde a interesses setoriais em detrimento da integração competitiva do País a cadeias regionais e globais de valor. Há mais de vinte anos o setor industrial no Brasil não experimenta ganhos substanciais de produtividade. A redução da tarifa máxima e eliminação de exigências


de conteúdo nacional, bem como outras barreiras não-tarifárias, são essenciais para a atração de investimento direto externo, gerando ganhos de produtividade e favorecendo a retomada do crescimento no país. Deve-se ressaltar, ainda, a complementariedade entre a produtividade agrícola e a industrial, que reitera a importância de defender nos diferentes foros nossos direitos de acesso aos mercados para produtos agrícolas.

A segunda diretriz aponta a emergência da Ásia, e da China em particular, como fator de relevo para o desenho de uma estratégia “geloconômica” que, levando em consideração o quadro de rivalidade e disputa entre os EUA e a RPC, otimize as nossas relações com ambos parceiros. Neste contexto, a iniciativa *Belt & Road* representaria importante oportunidade para atração de investimentos em infraestrutura no país, contribuindo positivamente para a redução do custo logístico das exportações brasileiras.

A terceira diretriz se refere à premissa de que as vias multilateral e preferencial para a integração comercial não são opções mutuamente exclusivas. Frente à atual paralisia das negociações multilaterais, a proliferação de novos arranjos e mega-acordos comerciais realça o isolamento do Brasil e assinala a importância de avançar na negociação de acordos preferenciais com parceiros estratégicos, abrangendo temas como serviços, propriedade intelectual e investimentos. O necessário exercício de integração comercial através das vias multilateral e preferencial, porém, não inviabiliza a liberalização comercial autônoma, a partir de ampla e gradual reforma tarifária, tal qual apresentado nos *position papers*.

Finalmente, quarta diretriz resgata o papel do Brasil no continente latino-americano, em que ressaltam a parceria estratégica com a Argentina e a capacidade dos sócios do Mercosul para negociar acordos comerciais com parceiros de dentro e de fora da região. Neste sentido, deve-se garantir que o bloco não represente entrave à inserção econômica brasileira, avançando rumo ao aperfeiçoamento da união aduaneira e à consolidação de um modelo de regionalismo aberto no Cone Sul.

Política externa é política de Estado, alinhada com as outras políticas públicas com o objetivo comum de ajudar na retomada do crescimento sustentável da economia para atender às necessidades da sociedade como um todo, à luz dos desafios e macrotendências globais. As recomendações e proposições delineadas nos *position papers* do CEBRI convergem na busca por soluções pragmáticas para as questões mais prementes e relevantes da nossa época.



José Pio Borges

Presidente do Conselho Curador do CEBRI



Julia Dias Leite

Diretora Executiva do CEBRI

O setor energético em 2022¹



1. Esse *position paper* beneficiou-se de entrevistas realizadas com especialistas - Elena Landau, David Zylbersztajn, José Firmo e Luiz Augusto Barroso.

CONTEXTO GLOBAL

A energia está presente em todas atividades humanas, podendo ser considerada um dos principais indicadores para avaliar o desenvolvimento da sociedade, sinalizando níveis de produção, riqueza e conforto. No plano das relações internacionais, o comércio e a interdependência entre os países sempre foi um fator preponderante nas relações de poder. Historicamente, questões relacionadas com a geopolítica da energia estão majoritariamente associadas às dinâmicas globais da economia do petróleo, o que tende a mudar em um cenário de transição energética e maior penetração de renováveis.

A demanda global por energia tende a crescer nos próximos anos, embora a taxas decrescentes, muito influenciada pela demanda das economias emergentes, asiáticas em particular. Todavia, a pressão imposta por mudanças climáticas, novos padrões de consumo e inovações tecnológicas muda a forma de se produzir e consumir energia no médio prazo.

A transição para fontes renováveis de energia ocorre a uma velocidade superior àquela prevista originalmente. De acordo com dados da Agência Internacional de Energia (IEA), a capacidade instalada de energia solar atingiu 225 GW em 2015, 11 vezes maior do que o previsto em 2006, ao passo que a geração eólica contou com 414 GW no mesmo ano, 2,5 vezes a mais que o esperado². As pressões impostas por políticas governamentais na direção da redução de emissões, aliadas ao desenvolvimento tecnológico fruto de investimentos consistentes, explicam em grande medida tal evolução. Dito isso, as fontes fósseis ainda são supostas permanecer como responsáveis por 74% da oferta de energia em 2040³.

No setor elétrico, as tendências de digitalização, descarbonização, recursos energéticos distribuídos e eletrificação moldam o crescente acesso à energia e modificam o papel do consumidor. Estima-se que a eletricidade aumente em 40% sua participação no consumo final de energia até 2040⁴. Entre os setores que já impulsionam a eletrificação está o transporte, que pode vir a frear o crescimento da demanda⁵ global por petróleo a partir do mesmo ano⁶. Tal revolução na mobilidade, impulsionada também por compartilhamento e tecnologia autônoma, decorre de uma forte sinalização de mercado, onde estimativas indicam que mais de 55% das vendas e 33% da frota global seja composta por veículos elétricos em 2040⁷.

Por fim, a composição das matrizes energéticas de diferentes países depende da disponibilidade de recursos naturais, tecnologia, capital, regulação e estágio de desenvolvimento. Nesse sentido, governos têm um papel fundamental na promoção da visão estratégica de longo prazo para o setor energético, de modo a criar um ambiente propício à evolução do setor, maximizando o potencial dos recursos locais e adaptando-se às tendências globais, com o objetivo de garantir segurança energética e acesso à energia de forma sustentável.

2. IEA. World Energy Outlook. 2006; IEA. World Energy Outlook. 2017

3. IEA. World Energy Outlook. 2017


4. IEA. World Energy Outlook. 2017

5. Segundo BNEF (2018), é estimada uma redução de 7,3 milhões de barris de petróleo na demanda energética do setor de transporte a partir de 2040

6. BNEF. Electric Vehicle Outlook. 2018

7. BNEF. Electric Vehicle Outlook. 2018

CONTEXTO BRASIL

 Brasil caracteriza-se por abundância e diversidade de fontes energéticas. Com recursos hídricos amplamente aproveitados e que atualmente fornecem aproximadamente 68%⁸ da eletricidade consumida, o país também apresenta grande potencial para geração de energia solar, eólica, biomassa, óleo e gás. Pode-se destacar como exemplos o fator de capacidade da fonte eólica, superior à média global (42% Brasil e 24% mundo)⁹, bem como a extraordinária produtividade dos reservatórios do pré-sal.

O setor energético brasileiro assume um papel estrutural na economia nacional, seja por prover amplo acesso a fontes modernas de energia, seja pela capacidade de geração de investimento, emprego e arrecadação fiscal. Adicionalmente, estima-se que até 2050 o consumo total de energia cresça a taxa de 2,3% ao ano¹⁰, partindo do pressuposto de uma recuperação econômica sustentável. Desta forma, **é fundamental estabelecer uma visão estratégica para se apropriar e desenvolver a abundância de recursos existentes de modo a impulsionar, de forma sustentável, o crescimento econômico do país.**

Algumas mudanças recentes sinalizam a direção para um setor energético mais eficiente e competitivo. Entre os principais avanços, pode-se destacar: (i) mudanças no ambiente de negócio; (ii) elaboração e implementação de programas e (iii) aumento da competitividade das novas renováveis.

Considerando o ambiente de negócios, sinalizações positivas vieram com a Lei das Estatais e o Projeto de Lei das Agências Reguladoras. Em suas proposições originais, as leis buscam reduzir a interferência política e garantir uma atuação técnica e transparente na gestão dos entes do governo, de forma a melhor competir por investimentos globais e promover maior eficiência dos mercados.

Por outro lado, cabe destacar também os avanços obtidos no setor de óleo e gás, dentre eles **a definição e execução de um calendário plurianual de leilões, a revisão da política de conteúdo local e a extensão do REPETRO.** Os investidores reagiram positivamente às mudanças, o que pode ser ilustrado pelos resultados obtidos nas últimas rodadas de licitações, medido pela participação ativa de empresas globais, compromissos de investimentos e bônus de assinatura¹¹. Estimativas da ANP apontam para um potencial de investimentos da ordem de US\$ 600 bilhões nos próximos 10 anos¹², se mantido o ambiente favorável. Isso representa o aproveitamento de uma janela de oportunidade que se apresenta neste momento, sendo

8. EPE. Balanço Energético Nacional. 2017

9. ABEEólica. Boletim anual de geração eólico. 2017

10. EPE. Demanda de energia 2050. 2016 Nota: os valores indicados são considerados otimistas, e estão sendo revistos pela EPE.

11. Rodadas de Licitações: 14ª (bônus de assinatura: R\$ 3,8 bilhões) e 15ª (bônus de assinatura: R\$ 8 bilhões). Rodadas de Partilha de Produção: 2ª (bônus de assinatura: R\$ 3,3 bilhões) e 3ª (bônus de assinatura: 2,85 bilhões)

12. ANP. Declarações do diretor-geral da ANP, Décio Oddone, sobre periodicidade do repasse dos reajustes de preços de combustíveis. 2018

uma forma de transformar as reservas existentes em geração de riqueza, à luz do senso de urgência que é imposto pelo contexto de transição energética.

Paralelamente, alguns programas do governo foram lançados com o objetivo de desenvolver de forma competitiva outras fontes de energia e garantir a atração de agentes privados. Dentre os que tiveram avanços significativos, vale destacar o RenovaBio que tem como objetivo assegurar um horizonte previsível de investimentos em etanol e biodiesel, contribuindo para o atingimento das metas climáticas.

No tocante à energia elétrica, a realização dos leilões por fonte contribuiu de forma definitiva para o aumento da competitividade das renováveis, também beneficiadas por avanços tecnológicos. De 2014 a 2018, o preço da fonte eólica caiu aproximadamente 59%, enquanto a energia solar obteve redução de 19% entre 2017 e 2018¹³. A atratividade de recursos privados é fundamental para o setor, visto que há demanda esperada de investimentos até 2026 é de R\$ 361 bilhões, sendo R\$ 242 bilhões em geração e R\$ 119 bilhões em transmissão¹⁴.

Assim, cabe reconhecer os avanços obtidos, mas também identificar as oportunidades de melhorias. Uma visão clara dos objetivos de longo prazo deve contribuir para o estabelecimento de prioridades garantam competitividade, diversidade e eficiência ao setor energético.

13. Instituto Acende Brasil - "Leilão de energia nova A-4", 2018

14. EPE. Plano Decenal de Expansão de Energia 2026. 2017

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A visão estratégica proposta para o setor energético brasileiro é: desenvolver o vasto potencial nacional de modo a transformar o Brasil em potência energética, em um ambiente de negócios aberto, diversificado e competitivo, aderente à transição global para uma economia de baixo carbono. Pertencer ao futuro da energia.

Para garantir o desenvolvimento sustentável do setor energético, faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas de longo prazo, com objetivos claros, e que garantam previsibilidade decisória e de atuação¹⁵. Por sua vez, a atração de investidores privados configura-se como de fundamental importância para as pretensões do setor, dada a escassez de recursos públicos. Neste contexto, deve-se estabelecer desde já as bases de um ambiente de negócios que promova eficiência e competitividade.

Os principais pilares para a atuação do governo no setor energia devem basear-se alguns princípios básicos e fundamentais, a saber: **(i) competitividade - mercado competitivo, com multiplicidade de atores e fontes; (ii) governança e prestação de contas; (iii) segurança jurídica e regulatória; (iv) ambiente propício à inovação; (v) compromisso com a redução de emissões.**

A partir dos princípios básicos, propõe-se estabelecer uma agenda prioritária, conforme descrito a seguir.

¹⁵. Adaptado de - WEC. World Energy Trilemma. 2016

AGENDA PRIORITÁRIA

1. Competitividade - Mercado competitivo, com multiplicidade de atores e fontes

a. Estimular a produtividade: remoção dos entraves ao crescimento da produtividade, com ênfase em capital e trabalho. Redefinição de políticas horizontais de apoio ao domínio de competências.

b. Otimizar a utilização das fontes energéticas: adoção de mecanismos que garantam a diversificação da matriz energética com base em critérios de eficiência e competição.

c. Simplificar regras tributárias: transferência da incidência dos tributos da fase de investimentos para privilegiar a tributação de resultados; simplificação tributária capaz de reduzir complexidades e resolver os contenciosos tributários.

d. Promover integração às cadeias globais: abertura a novos entrantes, por meio da eliminação de barreiras que protejam setores nacionais da competição internacional e desestimulem ganhos de eficiência, viabilizando o desenvolvimento de fornecedores locais de classe mundial.

O&G	<ul style="list-style-type: none">• Flexibilizar de imediato os monopólios remanescentes - refino, logística e gás natural - atraindo novos atores em bases competitivas• Avaliar mecanismos de incentivos aos segmentos que demonstrem vantagens competitivas, com o objetivo de integração às cadeias globais
Setor elétrico	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir participação do Estado (ex.: venda de distribuidoras, desestatização da Eletrobrás)• Desenvolver mecanismos para o crescimento do Mercado Livre de Energia (ex: ampliação do acesso com redução da capacidade mínima), inclusive de forma a mitigar alta volatilidade na formação de preços• Promover leilões de energia que estimulem competição entre fontes e explorem vocações regionais• Estimular mecanismos inovadores de financiamento

2. Governança e prestação de contas

a. Definir um planejamento energético de longo prazo: conexão entre as vocações setoriais e os objetivos de longo prazo (ex: ambição climática e diversificação energética), tendo como norte a segurança energética, o acesso à energia e a sustentabilidade da matriz energética. Planejamento energético integrado levando em conta o nexos energia, alimentos e água.

b. Fortalecer os órgãos de governo existentes: revisão da composição e da atuação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), de modo a garantir participação efetiva de membros qualificados e reduzir possibilidade de interferências políticas. Desenvolvimento de ambiente que permita a tomada de decisão pautada em análises técnicas e de condições que garantam o fim da inoperância decisória.

c. Preparar a regulação para que o consumidor seja um agente mais ativo: introdução de mecanismos de preço que permitam o desenvolvimento eficiente de recursos energéticos distribuídos, de forma alinhada às tendências globais.

d. Garantir transparência e acesso à informação: sistematizar a prestação de contas do governo com a sociedade, por meio de métricas e metas objetivas, com ênfase na qualidade dos serviços.

O&G	<ul style="list-style-type: none">Garantir regras que estimulem investimentos em todos os elos da cadeia, respeitando os direitos do consumidor
Setor elétrico	<ul style="list-style-type: none">Estabelecer critérios econômicos e transparentes nas definições relacionadas ao planejamento e operação do SINPromover melhor qualidade de informação para o consumidor por meio de campanhas e das contas de luz (ex.: fontes energéticas, formação da tarifa)

3. Segurança jurídica e regulatória

a. Simplificar os sistemas em vigor: promoção do princípio básico de reduzir a judicialização do setor energético.

b. Garantir a independência das agências reguladoras: estabelecimento de autonomia decisória, financeira e funcional, eliminando nomeações de cunho político. Tornar as agências unidades orçamentárias independentes que funcionem como agentes de Estado e não de Governo.

c. Estabelecer diálogo positivo com órgãos de controle: alinhamento no processo decisório, de forma a minimizar interferências ao longo dos projetos. Implementar mecanismos de análise com relação às implicações econômicas das decisões regulatórias e de controle.

d. Aprimorar o processo de licenciamento ambiental: revisão da legislação que responsabiliza pessoalmente o executivo do órgão licenciador. Desenvolvimento de um processo de licenciamento ambiental menos burocrático, mais eficiente, qualificado e previsível. Revisão da governança do licenciamento, fazendo com que as decisões legitimamente tomadas em instâncias superiores não possam ser questionadas na análise do pleito.

e. Eliminar mudanças retroativas: sinalização do cumprimento dos acordos previamente assumidos, garantia da soberania dos contratos firmados.

O&G	<ul style="list-style-type: none">• Conferir maior previsibilidade ao licenciamento ambiental das áreas de E&P por meio da definição prévia aos leilões das exigências e restrições ambientais• Promover simplificação dos modelos de contrato de exploração e produção – partilha, concessão e cessão onerosa
Setor elétrico	<ul style="list-style-type: none">• Criar mecanismos que busquem endereçar a inadimplência e judicialização do setor (ex.: prorrogação dos contratos de concessões como forma de compensação pelos custos da interferência política)

4. Ambiente propício à inovação

a. Estimular parcerias entre empresas/universidades/startups: estabelecimento de objetivos, iniciativas e métricas para monitoramento do desempenho de parcerias no setor de energia, que gerem resultados práticos para aumentar o nível de inovação da indústria.

b. Otimização de infraestrutura existente: modernização de laboratórios e instituições capazes de criar condições para o desenvolvimento científico e tecnológico. Estabelecimento de *hubs/clusters* de desenvolvimento tecnológico, ao invés de pulverizar recursos e investimentos.

c. Promover o desenvolvimento da Indústria 4.0: atração de investimentos privados direcionados para o desenvolvimento de novas tecnologias digitais e autônomas, de forma alinhada à Agenda Brasileira para a Indústria 4.0.

d. Impulsionar o empreendedorismo no país: capacitação técnica e desenvolvimento de empreendedores, por meio da criação de um ambiente propício ao surgimento de novas empresas (ex: redução da burocracia e carga tributária).

O&G	<ul style="list-style-type: none"> • Otimizar o direcionamento de recursos obrigatórios de PD&I, conferindo maior autonomia e responsabilidade às empresas operadoras
Setor elétrico	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento de <i>smart grids</i> e de tecnologias digitais, por meio da atração de investimentos privados • Aprimorar a regulação do setor com novos mecanismos de contratação e incentivos às novas tecnologias (ex.: implementação da tarifa horária) • Estimular a geração distribuída – em residências, condomínios, prédios e setores públicos –, criar e divulgar mecanismos que permitam a maior penetração de energia solar

5. Compromisso com a redução de emissões

a. Garantir o protagonismo do setor de energia na governança do clima: criação de mecanismos que promovam a participação efetiva da indústria nos desdobramentos das metas de clima do Brasil.

b. Estimular a eficiência energética: promoção do desenvolvimento tecnológico e fortalecimento de medidas regulatórias voltados para redução do consumo de energia e de emissões – definição de metas, objetivos e iniciativas setoriais.

c. Conferir maior autonomia ao consumidor: capacitação, conscientização e acesso do consumidor aos meios de gestão de demanda por energia, acoplado a campanhas de educação em prol do consumo eficiente.

d. Racionalizar subsídios setoriais: análise técnica e socioeconômica da efetividade dos incentivos existentes, de modo a estimular transparência na precificação das fontes de energia.

e. Estabelecer mecanismos de precificação de carbono: implementação de sistema de estímulo à redução das emissões de GEE, a partir de um sistema de tributação de carbono, estabelecimento de um mercado de transação de emissões ou combinação de ambos.

O&G / Biocom- bustíveis	<ul style="list-style-type: none"> • Definir metas de eficiência energética • Estabelecer mecanismos de definição da contribuição do setor de O&G às metas acordadas na COP21 • Estimular a penetração do gás natural na base da matriz elétrica, diante da restrição às hidrelétricas e oportunidade de escoamento do pré-sal • Fomentar o desenvolvimento da indústria de biomassa para o desenvolvimento de BioCCS (ex. emissões negativas)
Setor elétrico	<ul style="list-style-type: none"> • Promover maior diversificação da matriz elétrica, com a ambição de manter ou aumentar a participação de renováveis (ex.: novas renováveis, baterias) • Estabelecer mecanismos de definição da contribuição do setor elétrico às metas acordadas na COP21 • Estruturar plano nacional de mobilidade elétrica, tendo em vista as particularidades locais, o interesse dos consumidores e a evolução tecnológica

CONCLUSÃO: O SETOR ENERGÉTICO EM 2022

Como resultado das ações listadas na agenda prioritária, respeitados os princípios básicos estabelecidos, espera-se ter, ao final de 2022, um setor energético caracterizado por:

- um mix energético equilibrado entre fontes fósseis e limpas, com maior participação de gás natural, mas também de biomassa, eólica e solar;
- maior competitividade, a partir de uma participação mais efetiva de investidores privados nos diversos setores e elos da cadeia, tendo o setor público focado sua atuação na regulação e no planejamento de longo prazo;
- um arcabouço legal regulatório mais ágil e menos judicializado;
- inovações na geração elétrica, com geração distribuída a partir de fontes limpas, e no papel ativo do consumidor;
- um setor de óleo e gás pujante e diversificado, tendo aproveitado a janela de oportunidade do pré-sal para viabilizar a participação do Brasil no mercado global.

Nestas condições, o setor energético brasileiro estaria habilitado a exercer o *soft power* no âmbito das relações internacionais.



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Presidente

José Pio Borges

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

José Luiz Alquêres

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Celso Lafer

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Roberto Teixeira da Costa

Rubens Ricupero

Diretora Executiva

Julia Dias Leite

Conselho Curador

Aldo Rebelo

André Clark

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Arminio Fraga

Carlos Mariani Bittencourt

Cláudio Frischtak

Demétrio Magnoli

Gelson Fonseca Jr.

Henrique Rzezinski

Joaquim Falcão

Jorge Marques de Toledo Camargo

José Alfredo Graça Lima

José Roberto Castro Neves

Luiz Fernando Furlan

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Maria do Carmo (Kati) de Almeida Braga

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Roberto Giannetti da Fonseca

Ronaldo Veirano

Sérgio Quintella

Sérgio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

Conselho Internacional

Albert Fishlow

Alfredo Valladão

Andrew Hurrell

Felix Peña

Julia Sweig

Kenneth Maxwell

Leslie Bethell

Marcos Caramuru

Marcos Jank

Monica de Bolle

Sebastião Salgado

MANTENEDORES

Em agosto de 2018

Instituições

ABIQUIM
Aeróleo Táxi Aéreo
Araguaia
Banco Bocom BBM
BMA Advogados
BNDES
Brookfield Brasil
Camargo Corrêa
Captalys Investimentos
Castello, Misorelli Assuntos Corporativos
Colégio Bandeirantes
Consulado Geral da Holanda no Rio de Janeiro
Consulado Geral da Irlanda em São Paulo
Consulado Geral da Noruega no Rio de Janeiro
Consulado Geral do Canadá no Rio de Janeiro
Consulado Geral do México no Rio de Janeiro
Dannemann, Siemsen, Bigler & Ipanema Moreira
EDP
Eletrobras
Embraer
ENEVA
Equinor
ExxonMobil
FURNAS
George Washington University
Grupo Lorentzen
Icatu Seguros
Ipanema Investimentos
Itaú Unibanco
JETRO
Klabin
McLarty Associates
Museu do Amanhã
Musica Brasilis
Oi S.A
Oktri Empreendimentos
Pinheiro Neto Advogados
Prumo Logística
Queiroz Galvão
Repsol
Sanofi
Shell
Siemens
Souza Cruz
Steptoe & Johnson LLP
Tecnoil
Total E&P do Brasil
Vale
Veirano Advogados
Vinci Partners

Sócios individuais

Adriano Abdo
Álvaro Augusto Dias Monteiro
Álvaro Otero
Arminio Fraga
Carlos Eduardo Ernanny de Mello e Silva
Carlos Leoni de Siqueira
Carlos Mariani Bittencourt
Celso Lafer
Christiane Aché
Claudine Bichara de Oliveira
Daniel Klabin
Décio Oddone
Eduardo Marinho Christoph
Eduardo Prisco Ramos
Evangelina Seiler
Fernando Bodstein
Fernando Cariola Travassos
Fernão Bracher
Frederico Axel Lundgren
Gilberto Prado
Henrique Rzezinski
Jaques Scvirer
João Felipe Viegas Figueira de Mello
João Roberto Marinho
José Francisco Gouvêa Vieira
Larissa Wachholz
Leonardo Coelho Ribeiro
Manuel Thedim
Marcelo Weyland Barbosa Vieira
Marcio João de Andrade Fortes
Maria Pia Mussnich
Mauro Ribeiro Viegas Neto
Mauro Viegas Filho
Paulo Ferracioli
Pedro Brêtas
Pedro Leitão da Cunha
Ricardo Haddad
Ricardo Levisky
Roberto Abdenur
Roberto Amadeu Milani
Roberto Guimarães Martins-Costa
Roberto Pereira de Almeida
Roberto Prisco Paraiso Ramos
Roberto Teixeira da Costa
Stelio Marcos Amarante
Tomas Zinner
Vitor Hallack
Winston Fritsch

EQUIPE CEBRI

Em agosto de 2018

Diretora Executiva

Julia Dias Leite

Gerente Geral

Luciana Gama Muniz

Coordenadora de Projetos

Monique Sochaczewski Goldfeld

Consultora de Projetos

Cintia Hoskinson

Assistentes de Projetos

Carlos Arthur Ortenblad Jr.

Gabriel Torres

Teresa Rossi

Coordenadora Administrativa

Fernanda Sancier

Secretária Executiva

Danielle Justa

Coordenadora de Comunicação e Eventos

Giselle Galdi

Consultora de Eventos

Beatriz Garcia

Coordenadora de Relações Institucionais

Barbara Brant

Consultora Institucional

Gina Leal

Serviços Gerais

Maria Audei Campos

Estagiários

Danielle Batista

Evandro Osuna

Luiz Gustavo Carlos

Mônica Pereira

Nathália Miranda Diniz Neves

OUTROS NÚCLEOS TEMÁTICOS DO CEBRI

NÚCLEO ÁSIA

MEMBRO DO CONSELHO:

Anna Jaguaribe

Diretora do Instituto de Estudos Brasil-China (IBRACH/UFRJ)

SENIOR FELLOW:

Tatiana Rosito

Diplomata e economista, atualmente Representante-Chefe da Petrobras na China

POSITION PAPER:



NÚCLEO COMÉRCIO INTERNACIONAL

MEMBRO DO CONSELHO:

Embaixador José Alfredo Graça Lima

Ex-Subsecretário-Geral de Política II e Ex-Inspetor-Geral do Serviço Exterior no Ministério das Relações Exteriores, foi Embaixador nas Comunidades Europeias

SENIOR FELLOWS:

Pedro da Motta Veiga

Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES) e Sócio-Diretor da Ecostrat Consultores

Sandra Rios

Diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES) e Sócia da Ecostrat Consultores

POSITION PAPER:



NÚCLEO INFRAESTRUTURA

MEMBRO DO CONSELHO:

André Clark

Presidente e CEO da Siemens no Brasil

SENIOR FELLOW:

Clarissa Lins

Sócia-Fundadora da Catavento Consultoria e Diretora Executiva do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)

POSITION PAPER:



NÚCLEO MUDANÇA DO CLIMA, MEIO AMBIENTE E USO DA TERRA

MEMBRO DO CONSELHO:

José Luiz Alquéres

Presidente da JL Alquéres Associados, foi Presidente da Eletrobras

POSITION PAPER EM DESENVOLVIMENTO

SENIOR FELLOW:

Izabella Teixeira

Co-chair do Painel Internacional de Recursos (ONU), ex-Ministra do Meio Ambiente

NÚCLEO AMÉRICA DO SUL

MEMBRO DO CONSELHO:

Carlos Mariani Bittencourt

Vice-Presidente da FIRJAN e Presidente do Conselho de Administração de Participações Industriais do Nordeste

POSITION PAPER EM DESENVOLVIMENTO

SENIOR FELLOWS:

Denise Gregory

Professora no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Fabrizio Sardelli Panzini

Gerente da Unidade de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

NÚCLEO ESTADOS UNIDOS

MEMBROS DO CONSELHO:

Henrique Rzezinski

Foi Diretor de Relações Institucionais na ENEVA, Vice-Presidente na BG Brasil e na Embraer

Armando Mariante

Vice-Presidente Financeiro da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Foi Presidente do Scotiabank no Brasil e Vice-Presidente do BNDES

POSITION PAPER EM DESENVOLVIMENTO

NÚCLEO EUROPA

MEMBROS DO CONSELHO:

Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Ex-Secretário Geral do MRE, foi Embaixador no México, Espanha, Argentina, Alemanha, Santa Sé, OMC e ONU

Embaixador Gelson Fonseca Jr.

Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática da FUNAG, foi Embaixador no Chile e na ONU

José Luiz Alquéres

Presidente do Conselho de Administração da Eletrobrás; Secretário Nacional de Energia (1992) e Ex-Presidente da Eletrobrás

POSITION PAPER EM DESENVOLVIMENTO



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde 1998, o *think tank* de referência em relações internacionais no Brasil. Eleito em 2017 o terceiro melhor da América do Sul e Central pelo índice global do Think Tanks and Civil Societies Program da Universidade de Pensilvânia.

ONDE ESTAMOS:

Rua Marquês de São Vicente, 336
Gávea, Rio de Janeiro - RJ - Brazil
22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400

cebri@cebri.org.br



www.cebri.org